
11. ATIVISMO INSTITUCIONAL COMO CATEGORIA ANALÍTICA PARA O ESTUDO DAS PRÁTICAS POLÍTICAS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL

Carla Michele Rech¹
Marcelo Kunrath Silva²

Introdução

O presente trabalho tem por objetivo apresentar uma reflexão teórica sobre o conceito de ativismo institucional e sua pertinência/fertilidade analítica para pensar processos em curso no Brasil nas últimas décadas. Referimo-nos ao número crescente de estudos que demonstram a ocupação de cargos em governos por ativistas de movimentos sociais, fenômeno que tem sido evidenciado desde o regime militar no Brasil.

Iniciamos o artigo apresentando uma breve revisão sobre alguns desses estudos que demonstraram empiricamente a presença de ativistas de movimentos sociais em cargos de governo e como, apesar do desconhecimento por parte de alguns cientistas sociais e de grande parcela da sociedade brasileira, esse fenômeno, para além de ser uma exceção, pode ser considerado um padrão de funcionamento do Estado brasileiro em diferentes governos.

Na segunda parte nos dedicamos a apresentar o conceito de ativismo institucional que vem aos poucos ganhando espaço nas análises sobre os casos brasileiros, tendo em vista que os ativistas institucionais são participantes de movimentos sociais que ocupam status formais dentro de governos e que buscam os objetivos do movimento social através de canais burocráticos convencionais.

A terceira e última sessão procura, a partir da literatura apresentada, apontar para a pertinência do conceito de ativismo institucional para o projeto de tese em andamento que tem como ambiente empírico a estrutura de funcionamento interno da Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário, criada pelo governo federal no ano de 2003, a qual esteve centrada durante mais de cinco anos na contratação de

¹ Doutoranda PPGS/UFRGS. carlatsul@yahoo.com.br

² Docente PPGS/UFRGS. mksilva@ufrgs.br

consultores técnicos, os quais foram responsáveis pela implantação das ações em todos os estados da federação.

Acreditamos que o conceito de ativismo institucional possa auxiliar no estudo das práticas políticas dos movimentos sociais no Brasil, especialmente para a pesquisa que será realizada nos próximos três anos.

1. Uma breve revisão sobre casos de interação entre Estado e organizações não-estatais no Brasil

Verificamos que estudos realizados nas últimas duas décadas no Brasil tem demonstrado padrões de interação entre Estado e organizações não-estatais, destacando-se as pesquisas realizadas por Marques (2000, 2003) que em certa medida apresentam dados que comprovam uma dinâmica de interações entre atores no interior dos ambientes institucionais e relacionais, deflagrando a elevada permeabilidade que apresentam as organizações estatais brasileiras.

As pesquisas realizadas por Marques (2000, p. 287) evidenciaram que “os vínculos entre pessoas, grupos e organizações constituem em seu conjunto uma rede de relações complexas e dinâmicas” e que “uma parte desses vínculos foi construída de forma intencional, mas a maioria foi estabelecida com outros objetivos, ou mesmo de forma fortuita”. Seus estudos demonstraram também que as dinâmicas são resultados dessas interações, tendo em conta os constrangimentos institucionais e as redes de relações pessoais e institucionais presentes nas comunidades de políticas. (MARQUES, 2003, p. 47).

Para o autor, os atores agem em um ambiente que não é apenas marcado por instituições, mas é estruturado também por redes de relações entre indivíduos e organizações, cujos padrões de relações foram construídos a partir de vínculos institucionais e pessoais construídos ao longo de muitos anos, com ligações de várias naturezas – familiares, de amizade, políticas, de negócios e de corrupção (MARQUES, 2003, p. 52). A ideia mais geral para o autor é de que

Indivíduos, grupos e organizações, no desenrolar de suas atividades cotidianas, assim como de suas estratégias, constituem redes de relações entre si. Essas relações são importante parte da dinâmica social e se cristalizam em redes que operam como estruturas de médio alcance sobre os acontecimentos posteriores, inclusive sobre a sua própria transformação pelo lançamento e quebra de novos vínculos (MARQUES, 2003, p.190).

Ao estudar as redes sociais, instituições e atores políticos no governo da cidade de São Paulo, especificamente na política de infraestrutura urbana no período de 1975 a 2000, Marques (2003, p. 190) verificou que “os técnicos do setor público e do setor privado foram formados nas mesmas universidades, compartilham da mesma comunidade técnica e profissional, além de se relacionar no interior da sociedade mais ampla”.

Tal constatação já tinha sido evidenciada em sua pesquisa sobre a política urbana de saneamento básico no Rio de Janeiro entre 1975 e 1996, ao verificar a “influência da origem dos funcionários sobre o padrão de relações interpessoais que estrutura a comunidade profissional na área do saneamento, já que a rede (...) se construiu ao longo do tempo a partir da paulatina integração das redes correspondentes às empresas anteriores” (MARQUES, 2000, p. 21).

Em recente revisão de literatura sobre movimentos sociais brasileiros Abers e Von Bulow (2011), destacam que foi possível detectar pelo menos dois padrões de intersecção entre movimentos sociais e o Estado ao longo das duas últimas décadas: a incorporação de ativistas de movimentos sociais em cargos governamentais e a formação de novos movimentos sociais a partir da interlocução entre ativistas dentro e fora do Estado.

Entre os exemplos dessa intersecção no Brasil, as autoras destacam, entre outros, os seguintes: o primeiro Secretário Nacional de Meio Ambiente, Paulo Nogueira Neto, que tomou posse em 1973, tinha sido previamente um ativista de uma organização conservacionista; vários órgãos ambientais, como, por exemplo, o Serviço Florestal do Ministério da Agricultura, foram ocupados por ambientalistas da Fundação Brasileira para Conservação da Natureza; no governo Lula, os dois ministros do Meio Ambiente (Marina Silva e Carlos Minc) tinham uma trajetória anterior de ativistas; mesmo durante a ditadura militar, membros do Movimento Sanitarista tinham posições no governo e por outro lado, muitas vezes alguns burocratas são ativistas em organizações da sociedade civil, como o caso citado do Distrito Federal.

Reforçando o fato de que “as relações entre movimentos sociais, partidos políticos e Estado tornaram-se, nas últimas décadas, um dos focos centrais de problematização teórica e investigação empírica no campo de estudos sobre movimentos sociais” Silva e Oliveira (2011) abordam a trajetória de militantes do denominado *movimento de economia solidária* no Estado do Rio Grande do Sul e identificam um processo organizativo que segundo os autores “não apenas não se dá externamente ao Estado, mas é, em grande medida, fomentado por agentes e políticas governamentais”.

Os autores destacam que “o trânsito institucional se caracteriza pelo deslocamento contínuo de militantes sociais-partidários por diferentes espaços de atuação (organizações sociais, partidos, fóruns institucionais e posições governamentais), o qual é, em grande medida, possibilitado pela interpenetração partido-movimento”, sendo esse tipo de relação, “caracterizada pelo intenso trânsito de atores entre as organizações sociais e o Estado e pela alta intersecção, que está presente na constituição do que é denominado de *Movimento de Economia Solidária*” (SILVA, OLIVEIRA, 2011, p. 98-99).

Os autores concluem que

Esse trânsito intenso entre diferentes esferas de governo é possibilitado, de um lado, pelo acúmulo de capacidades e recursos que as experiências prévias no *Movimento de Economia Solidária* e, sobretudo, na gestão pública fornecem aos entrevistados. De outro lado, esse trânsito também se assenta na filiação dos entrevistados ao partido (PT), a qual viabiliza que estes possam participar da concorrência acirrada pelos cargos de gestão passíveis de serem apropriados pelo partido. (SILVA, OLIVEIRA, 2011, p. 117).

Situando os achados da pesquisa em um contexto mais ampliado, Silva e Oliveria (2011, p. 118) destacam que “pesquisas realizadas em outros setores de políticas públicas – como a Saúde (Weyland, 1996; Falletti, 2010), o Meio Ambiente (Barcelos, 2010; Losekann, 2009) e a Agricultura Familiar (Muller, Silva e Schneider, 2007) – mostram que a “infiltração do Estado” pelas organizações de movimentos sociais e/ou seus aliados é um mecanismo recorrente”.

Na mesma tendência, em recente publicação, Abers, Serafim, Tatagiba (2014, p. 326) afirmam que a “presença de militantes no interior de vários ministérios permitiu experimentações com resultados variáveis a depender da forma como grupos da sociedade civil e atores do Estado estabeleceram relações historicamente em cada setor” o que confirma o trânsito de indivíduos que tem ou tiveram vínculos com organizações de movimentos sociais para órgãos estatais.

Nesse mesmo estudo, as autoras citam o estudo inovador de Maria Celina D’Araújo, que examinou o perfil social e político dos cargos de alto escalão do governo federal na gestão de Lula, demonstrando que,

[...] pela primeira vez na história brasileira, antigos líderes sindicais participaram intensamente de altos cargos do governo, um fato que pode não ser surpreendente considerando que o PT e, especialmente, o próprio presidente, eram provenientes e tinham fortes ligações com o setor (2009:117). Os ministros também mantinham relações próximas aos movimentos sociais, de maneira geral: 43% na primeira gestão e 45% na segunda participaram deles de alguma forma, em comparação com cerca de um quarto dos ministros nas gestões presidenciais anteriores (*ibidem*:120). (ABERS, SERAFIM, TATAGIBA, 2014, p. 326)

Para Abers, Serafim, Tatagiba (2014, p. 326), durante o governo Lula, “o mote da “participação da sociedade” abriu espaço para a combinação mais criativa de diferentes práticas e rotinas, ampliando as chances de acesso e influência dos movimentos sobre o Estado, obviamente com variações setoriais importantes”. O argumento central das autoras é que houve “a abertura no contexto do governo Lula para um experimentalismo inédito resultante da presença de aliados dos movimentos em postos-chave no interior do Estado” (2014, p. 327).

Apesar de sua pesquisa focar nas dinâmicas internas e no impacto político da participação institucionalizada em governos, as autoras levam em consideração em suas análises a presença de atores com experiências em movimentos sociais em cargos governamentais e concluem que dois fatores influenciaram mudanças na relação Estado-sociedade durante o governo Lula, sendo um deles a migração de ativistas dos movimentos sociais e simpatizantes para dentro do governo (ABERS, SERAFIM, TATAGIBA (2014, p. 346).

Outra pesquisa que demonstra o trânsito existente de indivíduos por entre organizações de movimentos sociais e órgãos estatais foi realizada por Machado (2015) que para investigar alguns aspectos da relação entre o Estado e os movimentos de juventude e LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais) no Brasil entre 2003 e 2010, realizou 26 entrevistas com ativistas que, no período, ocuparam cargos no governo federal, em Brasília, nos governos estaduais e municipais nas cidades de Belo Horizonte/MG e Rio de Janeiro/RJ.

Há de se destacar também que, segundo Abers, Serafim, Tatagiba (2014, p. 348), “o governo Dilma Rousseff ainda emprega importantes ativistas em órgãos como a Secretaria-Geral da Presidência da República (SGPR), que continua a promover o fortalecimento de arenas participativas ao longo de sua administração”. Cayres (2015) se dedica à investigação do ativismo institucional durante o primeiro mandato da presidenta Dilma (2011-2014), tendo como foco a Secretaria Nacional de Articulação Social, “considerada internamente pelos atores como o *coração* da Secretaria-Geral da Presidência da República” (CAYRES, 2015, p.34) sua estrutura, formas de recrutamento dos ativistas institucionais e os modos pelos quais esse perfil impactou o arranjo cotidiano de trabalho por dentro da burocracia estatal.

A pesquisadora verifica que os casos da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO) e do Comitê Interministerial para Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis (CIISC) “funcionaram como exemplos

do papel que o ativismo institucional jogou na construção das agendas da secretaria – especialmente frente a constatação da existência de outras estruturas no Poder Executivo Federal especializadas nos mesmos temas que ali eram tratados” (CAYRES, 2015, p. 176). A autora considera que “Com isso, a Secretaria Nacional de Articulação Social foi caracterizada como uma estrutura absorvente e dinâmica em permanente mudança provocada pelo movimento dos atores.” (ibidem).

Além dos estudos já destacados, recentemente Zanolli (2015) também verifica a ocupação de espaços estatais por ativistas de movimentos sociais ao pesquisar o movimento LGBT (de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais) de Campinas e suas relações com o Estado. Interessante notar que para além da constatação da presença de ativistas no Estado, Zanolli (2015) chama a atenção para o tensionamento e uma disputa em torno de categorias como ativismo e militância, categorias que devem ser levadas em consideração ao se abordar o conceito de ativismo institucional como veremos a seguir.

2. Notas sobre o conceito de ativismo institucional

A literatura de movimentos sociais é marcada, historicamente, por duas contraposições interdependentes: entre institucionalização e contestação; e entre movimentos sociais/ativismo e política institucional (partidos políticos e instituições político-administrativas). De acordo com a primeira contraposição, a contestação ocorreria fundamentalmente por fora das instituições enquanto forma de atuação política daqueles atores excluídos do acesso institucional. Assim, a abertura de oportunidades de participação institucional tenderia a diminuir (e, no limite, eliminar) a ação contenciosa dos movimentos sociais. De acordo com a segunda contraposição, haveria uma clara separação e distinção entre atores/espacos dos movimentos sociais e atores/espacos da política institucional. No entanto, processos empíricos tal como os relatados na seção anterior têm, em diferentes tempos e lugares, confrontado tais contraposições e, crescentemente, pesquisadores as têm identificado como obstáculos à análise de configurações distintas das relações dos movimentos sociais com o campo político-administrativo.

Nesta seção se discute uma destas vertentes de problematização àquelas contraposições: a literatura que propõe o conceito de ativismo institucional. Este conceito articula dois termos que remetem, exatamente, aos pólos que conformam as contraposições identificadas acima. De um lado, o termo ativismo aborda as práticas desenvolvidas por

agentes no sentido de defesa ou promoção de uma determinada causa. De outro lado, o termo institucional aborda o posicionamento dos agentes no interior de determinadas estruturas organizacionais (estruturas estas, em geral, pensadas como as instituições político-administrativas). Ao reunir estes dois termos, a literatura sobre o ativismo institucional possibilita abrir um amplo campo de investigação referente às ações de defesa ou promoção de determinadas causas que são realizadas a partir das posições que os agentes ocupam nas instituições político-administrativas.

A potencialidade do conceito de ativismo/ativista institucional para problematizar aquelas contraposições é destacada pela literatura. Santoro e McGuire (2007, p.503), por exemplo, salientam que o conceito de ativismo/ativista institucional “challenge the traditional view that social movement activists are necessarily non-institutional actors”. Pettinicchio (2012, p.501), por sua vez, argumenta que “the insider/outsider dichotomy remains a salient feature of our understanding of the relationship between outside challengers and political insiders. The role of institutional activists calls that dichotomy into question”.

Segundo Santoro e McGuire (2007 p.504), o conceito de ativismo/ativista institucional é definido da seguinte forma: ativistas institucionais são “social movement participants who occupy formal statuses within the government and who pursue movement goals through conventional bureaucratic channels. Institutional activists are polity members in that they have routine, low cost access to decision-makers”.

Já para Pettinicchio (2012, p. 501), “institutional activists are individuals who affect change (from changing organizational norms to policy reform) from within organizations and institutions”.

Ativistas institucionais apresentariam, assim, uma identificação com um movimento social promotor de determinada causa, mesmo que isto não se expresse necessariamente no pertencimento formal a uma organização de movimento social. A partir de tal identificação, o ativista institucional orientaria sua atuação no espaço institucional no qual está inserido de forma a atingir os objetivos, demandas e/ou interesses daquele movimento social. Para isto - e esta seria a diferença fundamental entre o ativista institucional e os ativistas não institucionais -, os ativistas institucionais utilizariam recursos e oportunidades vinculadas ao seu posicionamento institucional para alcançar aqueles objetivos, demandas e/ou interesses do movimento social com o qual se identifica. Nos termos de Marques (2004, p. 19-20), o ativista institucional utilizaria um tipo específico de poder para defesa ou promoção das

causas daquele movimento social: o "poder institucional", ou seja, o poder derivado dos recursos associados à posição institucional que ocupa.

Pettinicchio (2012, p. 502) salienta a importância de analisar os ativistas institucionais não apenas como executores passivos das orientações, reivindicações e projetos das organizações de movimentos sociais, mas sim como agentes ativos que, em determinados momentos, podem assumir um papel protagonista no sentido da elaboração e proposição de ações que não foram previamente formuladas e demandadas pelas organizações de movimentos sociais.

A identificação e análise do ativismo institucional possibilita, então, romper com as contraposições salientadas no início desta seção e abordar o processo que Banaszak (2005) denomina de "intersecção Estado-movimento". Nas palavras da autora,

movements discussed here exist outside the state, they may have overlapping memberships with the state. The overlap occurs because states, as sets of institutions, may have members who also are movement activists either through social movement organizations or by being “occasional contributors” or participating in “nonorganized, spontaneous activities” (...). I label this overlap the state-movement intersection. Furthermore, I argue that the size, location, and historical context of this state-movement intersection influence the larger movement’s development, strategies, and outcomes.”(BANASZAK, 2005, p.150-151)

Apesar de não utilizar o conceito de ativismo/ativista institucional, Banaszak (2005, p. 154-155) enfatiza que a intersecção Estado-movimento se produz exatamente pela atuação de indivíduos que se identificam como membros de movimentos sociais e ocupam posições institucionais no Estado. Enquanto auto-identificados como ativistas e, ao mesmo tempo, agentes estatais, as ativistas institucionais corporificariam aquela intersecção e através de seu estudo se poderia analisar as diversas configurações empíricas da mesma.

Um aspecto importante destacado por Banaszak (2005) e Pettinicchio (2012) é que a inserção institucional dos ativistas não define necessariamente o repertório de ação que estes privilegiam na busca dos objetivos e demandas dos movimentos sociais. Ou seja, o status de *insider* dos ativistas não determina que estes atuem somente no âmbito e nos limites institucionais. Tendo, tendencialmente, um conhecimento maior das oportunidades e dos limites da ação através de canais e repertórios institucionais, os ativistas institucionais podem identificar a necessidade de ações extra-institucionais como mecanismos necessários para ampliar aquelas oportunidades e confrontar aqueles limites.

Apesar de não ser uma relação encontrada na literatura, a abordagem centrada no ativismo institucional parece dialogar diretamente com a discussão sobre a discricionariedade

da "burocracia de nível da rua", desenvolvida originalmente por Lipsky (2010) e que, no Brasil, é mobilizada no trabalho de Lotta (2012). A possibilidade de utilização da posição institucional no Estado para o desenvolvimento de uma prática ativista implica em pensar este agente estatal como alguém dotado de um grau, maior ou menor de autonomia relativa e, assim, de discricionariedade na sua atuação. Articular de maneira mais aprofundada a discussão sobre ativismo institucional com perspectivas teóricas que complexificam a análise do Estado parece ser um caminho promissor, mas ainda a ser desenvolvido.

A literatura que mobiliza o conceito de ativismo/ativista institucional no Brasil é, ainda, muito incipiente. Apesar da identificação dos limites de uma separação absoluta entre movimentos sociais e atores/instituições político-administrativas já ter uma certa trajetória, conforme apresentado na seção anterior, apenas recentemente o conceito de ativismo/ativista institucional começa a ser empregado para denominar esta forma específica de ativismo que opera a partir da ocupação de posições institucionais.

Na pesquisa bibliográfica realizada destaca-se o trabalho pioneiro de Farias e Dimenstein (2008), que utilizam o termo ativismo institucional de maneira descritiva, sem um enquadramento teórico elaborado, para analisar o processo de crescente aproximação de uma ONG/AIDS dos setores governamentais que controlavam os recursos para o financiamento dos projetos da organização. No caso deste artigo, o ativismo institucional tende a ser identificado com o processo de institucionalização (analisado normativamente como um processo negativo) e não há propriamente uma análise do ativismo no interior das instituições.

Com um desenvolvimento teórico muito mais aprofundado e articulado com a literatura referida anteriormente, destaca-se a análise de Abers e Tatagiba (2014). Analisando a ação de ativistas na Área Técnica de Saúde da Mulher do Ministério da Saúde, as autoras "use the term institutional activism to describe what people are doing when they take jobs in government bureaucracies with the purpose of advancing the political agendas or projects proposed by social movements" (2014, p. 2). O argumento central que as autoras desenvolvem ao longo da análise é a relação entre as oportunidades e os recursos diversos (conhecimento, contatos, informação, prestígio, entre outros) possibilitados pela ocupação das posições institucionais e os constrangimentos derivados das normas, responsabilidades e controles que operam sobre as ocupantes daquelas posições.

Ao final do artigo, as autoras estabelecem um conjunto de questionamentos que estabelecem uma importante agenda de investigação para o campo de estudos de movimentos sociais:

At various territorial levels, and in a diversity of institutional environments and policy areas, activists have occupied positions within the state. How can we define this kind of activism more precisely? What are the differences between the practices of a state official inserted in social movement networks and those of an ordinary bureaucrat or of one whose ties are to other kinds of networks (such as political parties, families or economic interest groups)? What kinds of public policies result when social movement activists become policy makers? These are the kinds of questions that Brazilian scholars are beginning to explore and which are likely of interest to other Latin American scholars as well. (ABERS; TATAGIBA, 2014, p.24-25)

Por fim, deve ser destacada a Tese de Cayres (2015) que, na sua análise da Secretaria Nacional de Articulação Social durante o primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff (2011-2014), utiliza o conceito de ativismo institucional como categoria analítica central para responder ao seguinte problema de pesquisa: "como os atores governamentais comprometidos com temas e pautas que se sobrepõem aos movimentos sociais – aqui designados de ativistas institucionais – atuam cotidianamente por dentro do Estado nas tentativas de imprimir mudanças nas políticas públicas que são comprometidos pessoalmente e institucionalmente"?

A apropriação do conceito de ativismo institucional pelos pesquisadores de movimentos sociais no Brasil coloca um desafio adicional que é a necessidade de pensar o processo empírico delimitado por aquele conceito a partir das configurações específicas das relações entre movimentos sociais e atores/instituições político-administrativas no Brasil. Um aspecto particularmente importante a ser analisado e refletido teoricamente é o ativismo institucional realizado por indivíduos que não ocupam posições estáveis na burocracia estatal, mas sim são recrutados na sociedade civil, em geral a partir de mediações partidárias, para atuarem temporariamente na formulação e/ou implementação de uma política pública específica. Este é o foco da pesquisa em curso apresentada na próxima seção.

3. O possível caso de ativismo institucional na Secretaria de Desenvolvimento Territorial: uma agenda promissora de investigação

Em 2003 o governo federal brasileiro cria a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) dentro do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) durante o início do primeiro governo Lula e, como principal ação cria o Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PDSTR), também conhecido como Territórios Rurais de Identidade, que está no cerne da formação da própria secretaria. Este programa passou a operar de forma regulamentada em julho de 2005, quando obteve sua chancela formal por intermédio da Portaria n. 5, de 18/07/2005 (DELGADO, LEITE, 2011).

Segundo documentos institucionais (BRASIL, 2005), para apoiar o desenvolvimento sustentável dos territórios rurais, o PDSTR foi estruturado a partir de três elementos fundamentais: o território (espaço e sociedade), a institucionalidade territorial, denominada de colegiados territoriais (participação e representatividade) e a visão de futuro (um plano territorial de desenvolvimento).

Um dos eixos centrais da estratégia, segundo Echeverri (2010, p. 99-100) foi a criação, por meio dos colegiados territoriais, de um espaço político de empoderamento das organizações sociais vinculadas ao processo, numa lógica de política a partir da demanda da sociedade. Dados recentes demonstram que 11.700 organizações sociais se envolveram nesse processo numa lógica de cooperação com o Estado para implantação da política pública de norte a sul do país.

No entanto, o que torna esse processo relevante para o desenvolvimento de pesquisas sobre ativismo institucional, é a forma de funcionamento interno da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) cuja atuação se deu em grande medida pela contratação de consultores que foram os responsáveis pela implementação das ações em todos os estados da federação (GUANZIROLI, 2010).

Conforme destaca Echeverri (2010, p. 96), “para dar andamento à estratégia territorial constitui-se uma estrutura operativa na SDT baseada em uma rede de articuladores composta por técnicos que desempenharam funções direcionadas à promoção, informação, acompanhamento, assessoramento e apoio (...)”. Ou seja, a atuação desses agentes contratados destinava-se diretamente à ação junto às organizações de movimentos sociais existentes em diferentes regiões do país, tendo em vista que um dos três eixos estratégicos do principal programa proposto pela SDT pautava-se na organização e fortalecimento dos atores sociais (BRASIL, 2005, p. 7).

Nota-se que a atuação desses profissionais e sua vinculação com o órgão estatal (SDT/MDA) se deu por meio de contratos anuais de prestação de serviços mediante processo seletivo público, desenvolvido por agência de cooperação internacional com governo brasileiro.

Buscando caracterizar o perfil desses atores sociais, foi realizada uma breve pesquisa durante os meses de maio de julho do ano de 2015, utilizando análise documental, tendo como ano base de contratações de consultores 2008. Inicialmente foram buscados via web, utilizando o Google, vínculos entre os nomes de indivíduos que desempenharam junto à SDT/MDA no ano de 2008 a função de articuladores estaduais e extratos de contratos

Anais do I Seminário Nacional de Sociologia da UFS

27 a 29 de abril de 2016

Programa de Pós Graduação em Sociologia – PPGS

Universidade Federal de Sergipe – UFS

ISSN:

publicados no Diário Oficial da União (DOU) deste mesmo ano. Cabe destacar que a coleta foi realizada a partir do conhecimento prévio que a autora do presente trabalho possui acerca desses indivíduos, tendo em vista sua convivência com parte dos mesmos em determinado momento de sua própria trajetória profissional junto à SDT (2004-2012).

Com base nos dados obtidos nos extratos do DOU, que totalizaram 60 indivíduos contratados no ano de 2008 (34 homens e 26 mulheres; 30 com local de trabalho Brasília e os demais para trabalharem nos Estados, em média 1/Estado), foi realizada busca de currículos pelos nomes dos consultores junto a Plataforma Lattes do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), nas bases doutores e demais pesquisadores (Mestres, Graduados, Estudantes, Técnicos, etc.). Dos 60 indivíduos, somente 33 possuem currículos disponíveis na plataforma.

Considerando apenas os indivíduos com currículos na plataforma lattes, é possível constatar que todos possuem formação acadêmica de nível superior sendo 40% formados em Agronomia, 12% em Economia, 9% em Ciências Sociais, 6% em Geografia, e 33% em outros cursos. A maioria graduou-se na década de 1990, todos em universidades públicas; 82% tem algum tipo de especialização (12% com duas); 48,5% possuem mestrado e 15% doutorado.

Verifica-se também uma relativa experiência profissional em diferentes espaços, de organizações de movimento sociais à órgãos públicos, sejam ligados à prefeituras municipais, secretarias estaduais ou a diferentes setores do governo federal. Os dados sobre trajetória profissional disponíveis na plataforma nos mostram que 77,5% trabalharam em organizações de movimentos sociais; 55% tiveram experiências com ensino; 52% com pesquisa; 48,5% já tinham sido consultores do governo federal em anos anteriores; 35,5% ocuparam cargos em governos estaduais; 22,5% em prefeituras municipais; 22,5% prestaram assessoria para agências internacionais e 16% foram assessores de deputados.

O que gostaríamos de destacar é que esses dados preliminares que serão acurados no decorrer da pesquisa nos apontam para a pertinência da mobilização teórica do conceito de ativismo institucional para pensar essas trajetórias e se constitui como uma agenda promissora para a pesquisa de doutoramento recém-iniciada.

Referências Bibliográficas

Anais do I Seminário Nacional de Sociologia da UFS

27 a 29 de abril de 2016

Programa de Pós Graduação em Sociologia – PPGS

Universidade Federal de Sergipe – UFS

ISSN:

ABERS, Rebecca Neaera; von BÜLOW, Marisa. Movimentos Sociais Na Teoria e Na Prática: Como Estudar o Ativismo Através Da Fronteira Entre Estado e Sociedade?. **Sociologias**, 13 (28), p.52–84, 2011

ABERS, Rebecca Neaera; SERAFIM, Lizandra; TATAGIBA, Luciana. Repertórios de Interação Estado-Sociedade em um Estado Heterogêneo: A Experiência na Era Lula. **Dados**, vol. 57, n°2, p.325 a 357, 2014.

ABERS, Rebecca Neaera, TATAGIBA, Luciana. Ativismo institucional na burocracia brasileira: a mobilização em defesa da saúde da mulher. In: 38º Encontro Anual da Anpocs, 2014, Caxambu. **ANAIS DO ENCONTRO (GT,SPG,CQ E MR)**. São Paulo: Anpocs, 2014. p. 1-32.

BANASZAK, Lee Ann. Inside and outside the state: movement insider status, tactics, and public policy achievements. In: MEYER, David S. (Ed.). *Routing the Opposition: Social Movements, Public Policy, and Democracy*. Minneapolis, MN, USA: University of Minnesota Press, 2005.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Secretaria do Desenvolvimento Territorial. **Marco referencial para apoio ao desenvolvimento de territórios rurais**. Brasília: SDT/MDA, 2005. (Documentos Institucionais 2)

CAYRES, Domitila Costa. **Ativismo Institucional no coração da Secretaria Geral da Presidência da República: A Secretaria Nacional de Articulação Social no Governo Dilma Rousseff (2011-2014)**. 2015. Tese (Doutorado em Sociologia Política). Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, Brasil.

CNPQ. **Currículos do Sistema de Currículos Lattes**. Disponível em: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/busca.do?metodo=apresentar> Acessado em 14 de julho de 2015

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, 12 maio 2008. Online. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/DOU/2008/> Acessado em 21 de maio de 2015

ECHEVERRI, R. Emergência e evolução do Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais e nos Territórios da Cidadania. In: FAVARETO, A. et al. **Políticas de desenvolvimento territorial rural no Brasil: avanços e desafios**. Brasília: IICA, 2010.

DELGADO, N. LEITE, S. Políticas de Desenvolvimento Territorial no Meio Rural Brasileiro: Novas Institucionalidades e Protagonismo dos Atores. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 54, n. 2, 2011, pp. 431 a 473. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/dados/v54n2/v54n2a07.pdf>. Acessado em 05.07.2014

FARIAS, Maio Spellman Quirino de, DIMENSTEIN, Magda. **Práticas e discursos de usuários de uma ONG/AIDS sobre ativismo**. *Psicologia & Sociedade*; 20 (2): 237-246, 2008.

GUANZIROLI, C. Avaliação de impacto e resultados de projetos de cooperação técnica desenvolvidos pelo IICA no Brasil / **IICA** – Brasília: IICA, 2010.

Anais do I Seminário Nacional de Sociologia da UFS

27 a 29 de abril de 2016

Programa de Pós Graduação em Sociologia – PPGS

Universidade Federal de Sergipe – UFS

ISSN:

LIPSKY, Michael. **Street-level bureaucracy: dilemmas of the individual in public services**. New York: Russell Sage Foundation, 2010.

LOTTA, Gabriela Spanghero. O papel das burocracias do nível da rua na implementação de políticas públicas: entre o controle e a discricionariedade. In: FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de (org.). **Implementação de políticas públicas: teoria e prática**. Belo Horizonte: Editora PUC/Minas, 2012.

MACHADO, Frederico V. Do Estatal à Política: análise das relações entre o Estado e os movimentos de juventude e LGBT no Brasil (2003-2010). In: **ANAIS DO 17º CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA**, Porto Alegre, Brasil, 2015.

MARQUES, E. C. Redes sociais e instituições na construção do Estado e da sua permeabilidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.14, n.41, pp.45-67, outubro de 1999.

_____. **Estado e Redes Sociais: permeabilidade e coesão nas políticas urbanas no Rio de Janeiro**. São Paulo: Editora Revan - Fapesp, 2000.

_____. **Redes sociais, instituições e atores políticos no governo da cidade de São Paulo**. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2003.

MARQUES, Eduardo Cesar. **Redes sociais, poder e intermediação de interesses nas políticas públicas brasileiras**. XXVIII Encontro da ANPOCS - Seminário Temático “Processo decisório e implementação de políticas públicas no Brasil: novos tempos, novas perspectivas de análise”, Caxambu, 2004.

_____. **Redes Sociais, segregação e pobreza em São Paulo**. São Paulo: Editora da UNESP, 2010.

PETTINICCHIO, David. Institutional Activism: Reconsidering the Insider/Outsider Dichotomy. *Sociology Compass*, 6/6, p.499–510, 2012.

SANTORO, Wayne A.; McGUIRE, Gail M.. Social Movement Insiders: The Impact of Institutional Activists on Affirmative Action and Comparable Worth Policies. *Social Problems*, Vol. 44, No. 4, p.503-519, Nov., 1997.

SILVA, Marcelo Kunrath; OLIVEIRA, Gerson de Lima. A face oculta(da) dos movimentos sociais: trânsito institucional e intersecção Estado-Movimento - uma análise do movimento de economia solidária no Rio Grande do Sul. **Sociologias**, 13(28), p.86-125, 2011.

ZANOLI, Vinicius.. **Estado ativista?: tensões e limites nas relações entre gestores municipais e movimento LGBT em Campinas**. 2015. Apresentação de trabalho. In: II Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas, 27 a 30 de abril de 2015, UNICAMP, Campinas (SP).